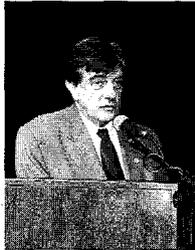


Universidade, extensão e cidadania

Depoimentos na Mesa de Abertura do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, no dia 12 de setembro de 2004.



Edison José Corrêa

Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Presidente do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.

Aqui estão presentes universidades públicas, comunitárias e particulares. Grandes universidades, outras menores. Professores, alunos, funcionários, pessoas da comunidade, dirigentes. Do Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. De várias áreas, nas quais desenvolvem seus projetos: Comunicação, Cultura e Artes, Educação, Direitos Humanos, Saúde, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, Trabalho. Desse primeiro formato, nasceu o lema do Congresso. Reconhecer diferenças. No sentido em que a construção da interação da universidade com os outros setores da sociedade se fará através de relações bilaterais, de mão-dupla, em um contexto da diversidade que se manifesta, não só pelo perfil dos envolvidos, mas por nossos próprios cenários sociais, culturais e tecnológicos. E que somente com a articulação interprofissional, interinstitucional e intersetorial, em uma construção transdisciplinar, será possível abordar a dimensão dos problemas que o mundo coloca para nós e para nossas instituições. Daí, a conclusão do lema. (Re)conhecer diferenças, construir resultados. Ou seja, ousar propor a transformação social, como produto de nossos conceitos, de nossos instrumentos e de nossos processos de trabalhos.

Quisemos que esse Congresso tivesse o adjetivo que tem nossa extensão: universitário. Por isso ele é realizado no nosso campus, em pleno período letivo, no nosso ambiente de ensino, aprendizagem e pesquisa. Com alunos, funcionários e professores de universidades mineiras como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Newton de Paiva, mas com participação de várias outras instituições nacionais em diferentes fases da organização: desenvolvimento dos temas, participação nas bancas de julgamento de trabalhos e preparação do Congresso. Tornou-se, assim, um processo acadêmico, de criação, de interação e de abertura à sociedade, pois até os nossos patrocinadores e apoiadores neste movimento se integraram.



Luiz Síveres

Diretor de Programas de Extensão da Universidade Católica de Brasília (UCB) e Presidente do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ForExt).

A partir da inspiração do tema do 2º Congresso: “(Re) conhecer diferenças, construir resultados”, gostaria de pautar minha reflexão sobre a universidade, entendida como a casa do conhecimento filosófico, científico e tecnológico, bem como, espaço de construção do compromisso social. Para chegar a essa modelagem é oportuno compreender que essa casa foi construída sob diversos fundamentos e se revelou por meio de distintas arquiteturas.

Independentemente da data de sua fundação, a universidade tem uma inspiração inicial na Academia de Platão, no Liceu de Aristóteles, na Biblioteca de Alexandria, nos Mosteiros Religiosos, até se consolidar no projeto fundacional da Universidade de Bolonha e Paris. Nesse contexto, a casa do conhecimento foi reconhecida, principalmente, pelo pensamento filosófico e teológico. A partir de então houve uma expansão pelo continente europeu dessa corporação de mestres e discípulos, os quais influenciaram a civilização ocidental por meio de um processo de apreensão do conhecimento através do método científico. Em tempos mais recentes, a casa do conhecimento, principalmente na América Latina, com o Movimento de Córdoba, na Argentina, bem como, no Brasil, com a fundação da Universidade de São Paulo e, da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, onde se propunha um projeto de Universidade conectado com a realidade social.

Na retomada desse percurso percebe-se que a universidade desenvolveu-se nas funções filosóficas, científicas e sociais em tempos sucessivos, que podem ser representadas, no conjunto da casa, como três janelas que se abriam ou fechavam, dependendo do grau de interesse de cada uma dessas atividades. A cada período histórico foi-se abrindo, porém, mais uma janela para intermediar a produção e difusão do conhecimento para com a humanidade.

A proposta do 2º Congresso, com o objetivo de reconhecer diferenças e construir resultados, não coloca o conhecimento apenas em uma janela para apreciar a passagem da história, mas se posiciona em uma porta para acolher a diversidade de conhecimentos, sejam acadêmicos ou populares, narrativos ou metanarrativos, sistematizados ou espontâneos, bem como pretende acolher a diversidade de instituições, sejam elas públicas, comunitárias ou particulares. A universidade, nessa simbologia da casa, deve-se constituir em espaço por onde transita, de forma interdisciplinar, a diversidade de conhecimentos com objetivo de construir resultados saudáveis e sustentáveis para a sociedade.

Outro aspecto importante deste Congresso, pela proclamação do reconhecimento da diversidade, está na opção por construir alternativas para as diferentes culturas e os distintos grupos sociais, apontando para a superação de projetos hegemônicos, indicando para o descrédito de governos totalitários, e marcando posição diferenciada em meio ao processo globalitário.

É com esse espírito que o Fórum de Extensão das Comunitárias, por meio das instituições a ele filiadas, renova a esperança de poder partilhar a sua diferença, que é, ao mesmo tempo, revelação da sua identidade institucional e manifestação da sua responsabilidade social, desejando, assim, contribuir com a construção de uma política de extensão na qual os diversos atores sociais e acadêmicos estejam envolvidos, mas também, fortalecendo a expectativa de que a universidade se transforme em uma instituição potencializadora de um processo democrático, a partir de critérios éticos.

Diante dessa oportunidade, gostaria de recuperar a memória de um dos mais ilustres cidadãos mineiros. O antropólogo Darcy Ribeiro, que nasceu em Montes Claros, e a partir de sua inserção na problemática social, redefiniu sua trajetória política para o campo da educação. O seu projeto educativo espalhou-se pelo Brasil e por vários países latino-americanos. A sua proposta pode ser compreendida, de modo sintético, no momento de refundação da Universidade de Brasília, acontecida após o período marcado pela intervenção militar, quando proclamava que a universidade é “a casa, o centro e o coração da consciência e da cultura brasileira”. Foi essa concepção política e essa opção social que fizeram dele um dos mais significativos intelectuais e empreendedores da educação superior brasileira.

Enfim, que a universidade que nós estamos construindo hoje, a partir da sinergia do processo histórico e a partir dessa experiência inovadora, possa ser espaço de acolhimento da diversidade de conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos mas, ao mesmo tempo, lugar propulsor de resultados que contribuam com a formação pessoal, com a capacitação profissional e com a transformação social, consolidando, assim, a proposta de “reconhecer diferenças e construir resultados”.



Jorge Alexandre Onoda Pessanha
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Presidente do Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (FUNADESP).

Deve ser inerente à natureza da extensão universitária e àqueles que a constroem, a habilidade e a competência de desenvolver um olhar no qual o outro, o elemento externo ao nosso cotidiano, não seja visto como um elemento perigoso, nocivo ou antagônico. Mesmo que este elemento seja diferente, devemos olhá-lo como alguém com quem podemos conviver em um processo construtivo e até mesmo aprender algo novo, reconhecendo que a diversidade de um sistema o enriquece, tornando-o mais forte, dinâmico e apto a trabalhar os desafios de uma sociedade complexa, na qual vivemos e operamos.

Neste momento particular de nosso país, em que a extensão inicia um processo de dividir, de maneira igualitária, a responsabilidade na reconstrução da Universidade Brasileira, para que esta, não somente responda aos desafios da modernidade, mas fiel à sua vocação, contribua para a construção de uma realidade menos cruel, é, certamente, um motivo de grande alegria participar de um evento como este.

Represento aqui um grupo de instituições que têm o prazer de participar dos esforços unificados para concretizar, de forma sólida, os sonhos e ansiedades daqueles que não se contentam com a natureza e a realidade que se apresenta a nós nos dias de hoje.



Ana Lúcia Gazzola
Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Muitas vezes, no cotidiano das nossas Instituições, as disputas entre poderes constituídos e interesses estabelecidos – institucionais, corporativos, de grupos de pesquisa, de setores da Universidade (embora lutas legítimas), às vezes, perdem como referência o princípio de que a instituição tem de ser maior que todas essas diferenças e, certamente, não se reduz à soma de todos os segmentos, mas é algo mais. Porém, a nossa Universidade pública, gratuita, de qualidade, continua elitista.

É claro que, no próprio objeto – que é o nosso campo de produção, que é o conhecimento –, tende a haver algo de uma dimensão elitista, no melhor sentido da palavra, porque é nossa obrigação, como produtores do conhecimento e formadores dos jovens que consti-

tuirão as elites do nosso País, em todos os campos, e é fundamental que busquemos o melhor, a mais alta qualidade, a mais rigorosa excelência. É certo que a Universidade, querendo ser para todos, não será nunca para todos, porque nem todos vão querer ou terão a condição de estar na Universidade. Esta reflexão se faz necessária, não para perpetuar um projeto com dimensão elitista, mas para desdobrá-lo em alternativas de formação que possam dar melhor conta das demandas, das necessidades e dos desejos de toda a sociedade. Algo de uma dimensão elitista sempre haverá na Universidade, mas não como instrumento de exclusão. Daí, a importância de discutirmos a questão da inclusão e da democratização do acesso.

Nossos discursos sobre inclusão, muitas vezes, não se transformam e não se traduzem em práticas consequentes. Nunca ouvi – e acredito que nunca ninguém ouviu, em nossas Instituições – uma fala contrária à inclusão. Contudo, faltam ações de inclusão. Nunca ouvi ninguém que não fosse favorável aos cursos noturnos, mas resiste-se à abertura de vagas nos cursos noturnos. Nunca ouvi de ninguém que autonomia seja soberania, entretanto, muitas vezes, praticamos como soberania o desejo de autonomia. Acho que, nesse caso, falhamos na nossa missão. E a extensão universitária, relegada tantas vezes a um lugar periférico, deveria ser restaurada como a melhor das dimensões da Universidade e, com isso, ser instaurada, nas Instituições Universitárias, uma contaminação produtiva que nos chame à responsabilidade social. Não basta dizer que defendemos o conhecimento como bem público. É preciso trabalhar para que o conhecimento seja, de fato, um bem público. Não basta dizer que a construção da Universidade é uma prática coletiva. É preciso ter uma visão mais generosa do País e buscar contribuir para a construção coletiva de um projeto de nação. Não basta dizer que buscamos a excelência nos nossos cursos de Pós-Graduação. É preciso estender a excelência a todo o território nacional, porque não é aceitável que o Sudeste tenha mais cursos de Pós-Graduação que todas as demais regiões do Brasil, juntas. Como não é aceitável que São Paulo tenha mais cursos de Pós-Graduação que os demais Estados do Sudeste, juntos. Uso, aqui, a Pós-Graduação como metáfora da grande exclusão que marca nossa história, regula nosso cotidiano e impede nossos sonhos.

Estamos aqui, agora, neste início de milênio, neste país de tantas e terríveis desigualdades, neste país em que a modernidade convive com o atraso e o privilégio convive e se alimenta da exclusão. A extensão, como praticada nas nossas Universidades, é mais do que um elemento constitutivo dessas Instituições. É lição de Universidade. É o coração de uma nova prática que precisa realmente ser criada. O conhecimento, na Universidade, tem de se alimentar de suas raízes, tem de estar em sintonia com seu tempo e com seu espaço, que são constitutivos de sua identidade. Todos sabemos que

a Universidade se perderia se abrisse mão da excelência. Sabemos todos que a autonomia é inegociável. Não aceitaremos que a Universidade seja reduzida a um instrumento. No entanto, não é disso que estou falando. É que o próprio conceito de excelência precisa ser redefinido de uma maneira mais generosa, porque a excelência, que é um bem público, tem de, por isso mesmo, ser relevante. E ao falar de relevância não estou falando de imediatismo. Estou falando de um sentido de pertencimento. De um sentido de pertencimento a este tempo e a este espaço que são nossos, deste terrível e bellissimo Brasil, que é a nossa Pátria. Estou falando da tentativa de que a Universidade seja mais humilde e generosa, e, ao falar de inclusão, trabalhe de fato para criar instrumentos de inclusão. E não apenas reflita sobre eles, não apenas elabore conceitualmente sobre essa questão.

Digo isso até com certa amargura, porque, quando o Conselho Universitário da UFMG aprovou, por unanimidade dos diretores, estudantes, funcionários e professores que são seus membros, que a democratização do acesso seria a meta política constitutiva da ação desta universidade nesses próximos anos, foi escolhida como instrumento principal de inclusão, com base em estudos previamente feitos, a expansão dos cursos noturnos. Não é, porém, fácil. E não é que sejamos apenas conservadores – que o somos. Não é que sejamos apenas comodistas – que o somos. Não é que não gostemos dos nossos privilégios – que deles gostamos. Não é que não queiramos dividir – que, muitas vezes, não o queremos. É que, na verdade, não há instrumentos. Não há vagas docentes para projetos de expansão com inclusão. As vagas, quando vêm, vêm para restaurar o quadro já tão degradado, quantitativamente, das nossas Instituições. Não sobram vagas para os projetos de transformação. No entanto, devemos – na ANDIFES já o fiz em caráter individual e espero que a ANDIFES o faça como um coletivo – dizer ao Ministério que temos coragem de receber vagas para expansão com inclusão e não apenas para restaurar o que já temos, porque o que já temos não é suficiente. Não é, e temos de crescer. O Sistema Público de Educação Superior tem de crescer. Com qualidade e inclusão. Para crescer, não podemos abrir mão da qualidade. Estaremos – e, por isso, este Fórum de Extensão é extremamente interessante –, estaremos unindo todos os atores possíveis, todos os aliados que entendam a educação como bem público, como direito social, como direito universal. Porque desse princípio não abriremos mão. Assim sendo, fico muito feliz por estar aqui, porque, nas propostas apresentadas, vi realizado o maior ideal da Universidade: a defesa da dignidade humana, da ética e dos valores humanistas. Educação tem de ser um processo libertário e, em todas as falas que me antecederam, esse princípio, esse valor se fez presente. A educação tem de convidar, abrir-se à sedução da diversidade. Não

basta reconhecer a diferença, já que o próprio reconhecimento ainda é um processo um pouco passivo. É preciso construir a compreensão da diferença. Daí, o jogo que foi feito no nome ou na temática articuladora deste Congresso. Qual seria, então, nossa agenda? Que mensagem este Fórum nos traz? Quem serão nossos aliados? Quantos estarão dispostos a buscar uma verdadeira reforma universitária – embora esse nome seja inadequado, porque nem reforma é, nem apenas universitária será, visto que se trata de reestruturação da Educação Superior brasileira?

Vamos, no entanto, tomar reforma universitária como metáfora. Quem serão os que, de fato, terão coragem de discutir os princípios que se devem expressar em uma reforma, que, com certeza, criarão condições para se ampliarem e consolidarem as sintonias da ação que vimos estabelecendo, ao longo de décadas, com a sociedade brasileira? Não sabemos, ainda, quais serão os contornos da reforma, mas creio que temos de nos fazer presentes para construir a reforma que queremos. Fugindo ao debate, não faremos isso. É fundamental que nos abramos ao debate e que, então, no jogo das forças legítimas e dos pensamentos diversificados que constituem a Universidade e a sociedade, possamos avançar. Porque, se nos fecharmos ao debate, também não seremos uma instituição republicana. Mais do que isso, se nos furtarmos ao debate, não seremos uma instituição universitária. Penso que essa é uma agenda importante, mas, é claro, teremos de ver como será construído o projeto de reforma. É nessa construção que estaremos com ele ou contra ele. Entretanto, estaremos com ele se vier reforçar a autonomia da Universidade, bem como os valores que constituem essa Instituição milenar, e criar as condições de uma ação universitária mais efetiva. Estaremos contra ele se os valores que sustentarem o projeto de reforma não forem os que desejamos. Até o momento, só vejo sinalizações positivas, mas é no detalhamento do projeto de reforma que saberemos se, de fato, estaremos em sintonia ou em oposição. E essa é a história da Universidade. Nunca tivemos medo de apoiar os valores em que acreditamos ou de nos opor àqueles que não nos representam. É preciso, porém, discutir esses valores e buscar influenciar o projeto de formulação da reforma para que esta seja aquela que desejamos. E que a sociedade brasileira espera.

A Universidade é uma instituição que se caracteriza por uma complexa relação com o tempo. Ela trabalha com o passado – que é o conhecimento constituído, de que somos depositários na sociedade; ela trabalha com o presente – na medida em que forma pessoal, por exemplo, na educação continuada, ou na medida em que intervém construtivamente na sociedade com suas atividades de extensão e responde com uma agenda produtiva aos questionamentos e problemas que a sociedade lhe propõe, simultaneamente interagindo com esta,

aprendendo e enriquecendo-se; e, ao mesmo tempo, ela interatua com o futuro – na medida em que forma pessoas e produz conhecimento, na medida em que interroga aquilo que sequer sabemos o que será. A extensão talvez seja a síntese desses três tempos. Por isso, cada vez mais, a extensão vem adquirindo importância em nossas Universidades. Santo Agostinho disse, certa vez, que o tempo é sempre o tempo do presente. Para ele, o presente das coisas passadas chama-se memória, o presente das coisas presentes chama-se vontade e o presente das coisas futuras chama-se espera ou esperança. Assim entendo a extensão: uma memória, uma vontade e uma esperança. É por isso que acredito, realmente, que este Congresso pode significar uma nova profissão de fé na Universidade brasileira como um instrumento libertário e de transformação de nossa sociedade. Contudo, ela só o será se cada palavra aqui pronunciada, se cada reflexão aqui desenvolvida se traduzir em uma ação construtiva e conseqüente.

Cito Villa Lobos: “Minhas composições são uma correspondência enviada ao futuro sem esperar resposta”. Por mais que eu respeite a arte desse nosso grande artista, devo ressaltar que cada um de nós que vive a Universidade brasileira ou a ela se relaciona, de uma forma ou de outra, seja como aluno, professor, funcionário, dirigente, Governo Municipal, Estadual, Federal, cada um de nós aqui presente sabe que a educação é maior que a música de Villa Lobos, porque ela é uma correspondência enviada ao futuro como garantia de que haverá resposta.



Marco Antonio França Faria
Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Em nome do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas eu quero agradecer a hospitalidade mineira. Quero dizer à professora Ana Lúcia Gazzola, que nós estamos vivendo um momento especial da extensão: a nova presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) é a primeira presidente da ANDIFES a convocar os presidentes dos fóruns de pró-reitores das universidades federais. E nós estivemos aqui, em Belo Horizonte-MG, na primeira reunião convocada pela presidência da ANDIFES, para falar com a presidência dos fóruns de pró-reitores de graduação, de pesquisa, de assuntos comunitários e de extensão, em uma reunião que se revelou extremamente produtiva e que eu tenho a certeza de que vai permitir que o nosso trabalho

seja mais sintonizado. Essa construção toda não é em vão.

Toda essa conjunção de fatores se fecha aqui com a presença do Ricardo Henriques, que já vem sendo um parceiro da extensão, desde o Rio de Janeiro, quando articulava as políticas públicas no governo Benedita da Silva. Depois, passou a ser o seu secretário executivo no Ministério da Ação Social, sempre tentando articular as políticas públicas. Agora, no Ministério da Educação, à frente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), tem o desafio de reestruturar o *Programa Brasil Alfabetizado* que é uma das ações da SECAD de maior dimensão voltada para a inclusão educacional e social no país. Além deste, todos os outros projetos que estão na sua carteira farão com que realmente a extensão universitária possa trabalhar de forma otimizada na direção da inclusão social.

O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), professor Nelson Maculan, também já percebeu esse momento especial da extensão da universidade. Uma universidade que já foi capaz de produzir pesquisas de altíssimo nível como a prospecção em plataformas em águas profundas, como a pesquisa com células-tronco, foi capaz de fazer tudo o que se possa pensar em ciência de ponta e continua fazendo, é capaz de ministrar belíssimos cursos de graduação, é capaz de preservar a nossa cultura através dos seus cursos de música, de literatura e de belas artes. Todo o nosso acervo cultural tem na universidade o seu processo permanente de preservação.

Este é o momento de a universidade ir aonde o povo está. Fico emocionado ao me lembrar de Darcy Ribeiro. Um dos momentos mais importantes da nossa vida na UFRJ, foi quando fizemos o movimento de reentrada de todos aqueles da universidade que foram anistiados. Darcy foi uma das pessoas que batalhou por isso. E a universidade pública brasileira teve um papel fundamental nesse processo, quando, em 1977, fez um manifesto pela democracia que foi tornado público pelos jornais da época, manifesto esse que todos nós assinamos pedindo a anistia e a volta da democracia. Naquele ano, havia um governo militar e havia um ministro do exército de linha duríssima. No entanto, os professores da Universidade e funcionários colocaram o seu nome no manifesto, que foi publicamente para as bancas de jornal. Esse movimento teve uma força e repercussão enormes na imprensa internacional. O resultado dele nós todos sabemos. Pouco tempo depois, nós estávamos repatriando e anistiando todos esses colegas de ideais, que trabalhavam sempre pela nossa liberdade, pela nossa independência. Fazia pouco tempo, tínhamos perdido vários amigos, vários colegas nos porões da ditadura ou de forma mais violenta, em combate na guerrilha.

A Universidade precisa ir à sociedade. Ela é um instrumento de liberdade para este país. Ela é o instru-

mento da libertação deste país, através da sua pesquisa, através do seu ensino, e tem que tornar isso claro para a sociedade através da sua extensão. É indo devolver aquilo que a sociedade investe na universidade, no nosso processo de qualificação e formação, que nós conseguiremos mantê-la de qualidade e comprometida com o país, com o projeto de soberania, com o nosso projeto de nação.

Esse é um momento muito especial para nós. É o momento de quebrarmos os paradigmas antigos, o paradigma da excelência isolada e transformar essa excelência em qualidade a serviço de toda população brasileira.